

**HABEAS CORPUS Nº 639.283 - SP (2021/0006443-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : DERLIS EDUARDO GUIMARAES DE ALMEIDA E  
OUTROS  
**ADVOGADOS** : DERLIS EDUARDO GUIMARÃES DE ALMEIDA -  
SP422298  
CAMILA AGOSTINI DA COSTA GUIMARAES - SP423798  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MILTON VANDERLEI DE ARAUJO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MILTON VANDERLEI DE ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente foi preso em flagrante no dia 08/12/2020 pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 12, *caput*, 16, *caput* e 16, § 1º, III e IV e § 2º, todos da Lei n. 10.826/03. A prisão foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea do decreto prisional, o caráter subsidiário da segregação cautelar e a violação aos princípios constitucionais da inocência e da dignidade da pessoa humana

Requer, liminarmente, o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva do paciente e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares alternativas. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA

# Superior Tribunal de Justiça

DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente